

## **16. PROPOSTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO – FUNDAÇÃO “LA CAIXA”**

Da **Vereadora Carla Sepúlveda**, submete-se à consideração do Executivo Municipal, o acordo de colaboração a celebrar entre o Município de Braga e a Fundación Bancària Caixa D'Estalvis | Pensions de Barcelona “LA CAIXA” (em anexo), que tem por objeto regular o estabelecimento das bases de colaboração no que respeita à implementação do programa Proinfância e da sua ação de apoio à infância afetada por situações de pobreza e vulnerabilidade social numa área geográfica da Cidade de Braga (art.º 23º, nºs 1 e 2, alíneas d) e h9 do RJAL, aprovado pela lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

---

**ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A FUNDAÇÃO "LA CAIXA" E A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA  
PARA O PROGRAMA PROINFÂNCIA**

**ENTRE:**

Por um lado,

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, doravante designada por "**Município**", com sede em Praça Municipal, com o NIF 501 214 534, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Dr. **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**.

E, por outro,

A FUNDACIÓN BANCARIA CAIXA D'ESTALVIS I PENSIONS DE BARCELONA, "LA CAIXA", doravante designada por Fundação "**la Caixa**", com sede em Palma (Ilhas Baleares), Plaza Weyler, 3, 07001, com NIF ESG-58899998, neste ato representada pelo Subdiretor Geral da Área Social da Fundação "**la Caixa**".

Em conjunto designado por "**Partes**".

Os intervenientes atuam na qualidade dos respetivos cargos e reconhecem mútua e reciprocamente a capacidade legal necessária para a formalização e outorga do presente Acordo.

**CONSIDERANDO QUE:**

- I. O Município considera o apoio à infância como um dos seus maiores desafios atuais e reconhece a necessidade de o contemplar nas mais diversas perspetivas possíveis, promovendo os direitos da criança nas suas atividades diárias.
- II. De entre as competências atribuídas ao Município em matéria de apoio à infância destaca-se a sua intervenção na Rede Social - plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados, cujo objetivo é potenciar o trabalho em rede da intervenção social realizada na cidade de **BRAGA**, privilegiando uma intervenção integrada e transversal, quer em articulação com as várias unidades do Município e entidades regionais, o apoio e fomento das iniciativas das instituições da cidade de **BRAGA**.

- 
- III. No quadro da sua intervenção na Rede Social, o Município intervém articulando com diversas entidades a procura de soluções para a melhoria das condições de vida e bem-estar da população mais vulnerável, partilhando recursos e ações para a execução de políticas de intervenção solidária, muito em particular no que respeita à infância.
- IV. A Fundação "la Caixa" é uma organização sem fins lucrativos de direito espanhol que inclui entre os elementos do seu objeto fomentar o desenvolvimento de projetos sociais e melhorar as condições de vida das pessoas através do desenvolvimento de programas próprios ou em cooperação com instituições públicas e privadas, programas esses que abranjam os âmbitos social, educativo, cultural, científico, dirigidos a grupos muito diversos;
- V. No quadro da entrada do Banco BPI, S.A. no Grupo CaixaBank, a Fundação "la Caixa" iniciou em 2018 a sua atividade em Portugal com o objetivo de contribuir para o bem-estar dos portugueses nas áreas de atuação acima identificadas, incluindo através de um impacto positivo na área social apoiando ações que melhorem o bem-estar social, bem como promovendo iniciativas que gerem benefícios sociais.
- VI. Dando cumprimento às suas finalidades sociais, a Fundação "la Caixa", através do Programa Proinfância, promove em Espanha, desde 2007, ações que têm por objetivo facilitar o desenvolvimento integral das crianças que se encontrem em situação de pobreza e vulnerabilidade social com o propósito de gerar e aumentar as suas oportunidades. Com o Programa Proinfância a Fundação "la Caixa" promove ainda a criação de um modelo de ação que incide nas dimensões sociais, educativas e de saúde das famílias que beneficiam do Programa, fomentando o seu desenvolvimento através do fortalecimento das suas competências e assumindo um compromisso que lhes permitirá, de forma autónoma, assegurar o processo de transformação.
- VII. Que a Fundação "la Caixa", para a execução do Programa Proinfância, colabora com entidades sociais de referência que possuam a necessária capacidade de execução e liderança, cujo trabalho esteja integrado nas atuações e projetos existentes no território, o que torna indispensável o conhecimento mútuo e a coordenação da totalidade dos agentes nele presentes para garantir uma atuação coerente e da máxima qualidade.

Mais concretamente, estas entidades sociais trabalharão em rede de forma coordenada, procurando assegurar o cumprimento dos eixos centrais do Programa que são os seguintes:

- Estabelecimento de um modelo de ação social integral dirigido para a infância vulnerável.
- Intervenção mediante uma gama de recursos disponibilizados pela Fundação "la Caixa" nos âmbitos social, educativo (reforço educativo, lazer e tempos livres, apoio educativo familiar, apoio e terapia psicossocial, acampamentos e atividades de férias) e saúde (alimentação e higiene infantil).

- Estabelecimento de um programa de formação e apoio dirigido para as entidades coordenadoras e colaboradoras, visando facilitar a implementação do modelo de ação social Proinfância.
- VIII. Que o Município e a Fundação "la Caixa" estão interessados em estabelecer um Acordo com a finalidade de criar e explorar sinergias para a construção de uma sociedade mais coesa, designadamente através do Programa Proinfância;
- IX. Para o efeito, e com vista a maximizar o impacto social do Programa Proinfância, as Partes pretendem selecionar, em articulação com as demais entidades que integram a Rede Social, uma área geográfica na cidade de **BRAGA**, que, pelas suas características, possa vir a beneficiar do apoio do Programa Proinfância.
- X. Que o Município de Braga, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.ºs 1 e 2, alínea d) e h), do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, possui como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições, designadamente, no domínio da "educação, ensino e formação profissional", e da "ação social";

Pelos motivos acima expostos, as partes celebram o presente Acordo, que será regulado pelas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula Primeira**

##### **Objeto**

O presente acordo tem por objetivo regular o estabelecimento das bases de colaboração entre o Município e a Fundação "la Caixa", no que respeita à implementação do Programa Proinfância e da sua ação de apoio à infância afetada por situações de pobreza e vulnerabilidade social numa área geográfica da cidade de **BRAGA**, nos termos previstos nas Cláusulas seguintes (Acordo).

#### **Cláusula Segunda**

##### **Compromissos da Fundação "la Caixa"**

1. No âmbito do presente Acordo, a Fundação "la Caixa":
  - a. Disponibilizará o modelo metodológico do Programa Proinfância e garantirá o seu financiamento, dinamização e coordenação.
  - b. Aportará às entidades sociais que venham a ser selecionadas no âmbito de um Concurso a lançar pela Fundação "la Caixa", durante o período de vigência do presente Acordo, uma contribuição económica anual no valor máximo global de 100.000,00 EUR (cem mil euros) . Esta quantia destina-se a cobrir despesas de execução do Programa Proinfância na área geográfica de



intervenção do Programa e será disponibilizada às entidades sociais sem fins lucrativos, que prossigam fins de interesse público municipal, encarregues da implementação do mesmo e que venham a integrar a rede de entidades sociais a criar para estes efeitos no quadro do Concurso a lançar pela Fundação "la Caixa" e nos termos que nesse âmbito sejam definidos.

- c. Manterá o Município informado sobre a implementação do Programa Proinfância, disponibilizando, no estrito cumprimento da lei, informação sobre a sua evolução.

#### **Cláusula Terceira**

##### **Compromissos do Município**

O Município compromete-se a apoiar o Programa Proinfância a nível institucional, bem como a colaborar na sua implementação na área geográfica de intervenção que venha a ser definida entre as Partes, consultada a Rede Social, designadamente:

- a. Facilitando, promovendo e coordenando a interlocução nos três eixos prioritários de intervenção - social, educativo e saúde - do Programa Proinfância, entre as entidades públicas de referência a nível local e o Programa Proinfância.
- b. Criando, juntamente com a Fundação "la Caixa", uma Mesa Institucional do Programa Proinfância em que estejam representadas as diferentes entidades que participem ou colaborem com o Programa.
- c. Designando, como interlocutor do Município, um responsável técnico que garanta a efetiva coordenação entre as entidades públicas de referência e as entidades sociais na área geográfica de intervenção para assegurar a aplicação ótima do modelo do Programa Proinfância.
- d. O desenvolvimento de outras ações que, em conjunto com a Fundação "la Caixa", sejam consideradas oportunas e cujas linhas principais serão definidas pela Comissão de Acompanhamento estabelecida na Cláusula Sexta.

#### **Cláusula Quarta**

##### **Obrigações Económicas**

O presente Acordo não impõe a qualquer uma das partes, entre si, a assunção de obrigações de natureza económica.

#### **Cláusula Quinta**

##### **Divulgação**

1. As ações de divulgação do presente Acordo que qualquer das suas partes pretenda executar terão de ser aprovadas por acordo entre as Partes.

2. Em quaisquer ações de comunicação que venham a ser definidas serão utilizados os logótipos e quaisquer outros sinais distintivos de ambas as Partes, devendo ser aprovadas previamente por cada uma das Partes.

#### **Cláusula Sexta**

##### **Comissão de Acompanhamento**

1. Para o acompanhamento da execução do presente Acordo será constituída uma comissão mista, integrada por dois representantes de cada uma das Partes.
2. Esta comissão reunir-se-á sempre que for necessário, ou a pedido de qualquer das partes, e pelo menos uma vez por ano, e corresponder-lhe-á, entre outras funções, o acompanhamento das ações que forem sendo realizadas com a finalidade tanto de melhorar a execução das diversas atividades, como de realizar novas propostas de intervenção.
3. Anualmente, o Município e a Fundação "la Caixa" realizarão uma avaliação da colaboração estabelecida ao abrigo do presente Acordo e dos resultados obtidos.

#### **Cláusula Sétima**

##### **Causas de Resolução Antecipada**

1. Qualquer das Partes poderá resolver antecipadamente o presente Acordo nas seguintes situações:
  - a. Por mútuo acordo das Partes nesse sentido, por escrito.
  - b. Por impossibilidade superveniente, legal ou material, de exercer as atividades que constituem o objeto do presente Acordo ou que impeçam o seu cumprimento, designadamente caso o Programa Proinfância seja descontinuado ou suspenso por iniciativa da Fundação "la Caixa".
  - c. Por incumprimento por qualquer das partes das obrigações assumidas ao abrigo do presente Acordo.

Neste último caso, e caso o incumprimento em causa seja sanável, a Parte que pretender resolver o presente Acordo poderá notificar a outra, mediante correio eletrónico com recibo de leitura, de tal intenção, concedendo à parte incumpridora um prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis para sanção do incumprimento, ou indicando a modificação pretendida ao presente Acordo.

Caso a Parte cumpridora não pretenda exercer o direito previsto no número anterior, ou, nos casos em que o mesmo tenha sido exercido, quando a modificação pretendida não tenha sido aceite pela outra Parte ou o incumprimento em causa sanado no prazo concedido para o efeito, poderá então a Parte cumpridora resolver o presente Acordo através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com recibo de leitura enviados com a antecedência de, pelo menos, 3 (três) dias úteis, relativamente à data de produção de efeitos desta resolução.

---

**Cláusula Oitava****Vigência**

1. O presente Acordo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará pelo período de quatro anos a contar dessa data, podendo ser prorrogado por acordo expresso das Partes por período de igual duração.
2. A Fundação "la Caixa" desenvolverá os seus melhores esforços para comunicar ao Município o termo ou suspensão do Programa Proinfância com uma antecedência não inferior a um ano de calendário.

**Cláusula Nona****Tratamento de dados pessoais**

1. Os dados pessoais incluídos neste Acordo (dados dos signatários de cada uma das Partes) serão tratados pela outra Parte para a finalidade de permitir o desenvolvimento, cumprimento e controlo da colaboração acordada, sendo o fundamento do tratamento interesse legítimo de cada uma das Partes no cumprimento da relação de colaboração, e serão durante todo o tempo em que esta subsista e até que prescrevam as eventuais responsabilidades derivadas dela. Finalizados estes prazos de prescrição, os seus dados serão eliminados ou, alternativamente, anonimizados.
2. Para efeitos do estabelecido na legislação de proteção de dados, os signatários consideram-se informados do seguinte:
  - a. Os responsáveis do tratamento de dados pessoais são cada uma das empresas ou entidades às quais são disponibilizados os dados dos intervenientes.
  - b. Os dados de contacto do responsável de segurança ou encarregado da proteção de dados (*data protection officer*/DPO) de cada uma das Partes são os seguintes:
    - Dados do DPO Fundação "la Caixa"
      - E-mail: [dpd@fundacionlacaixa.org](mailto:dpd@fundacionlacaixa.org)
      - Morada: Avenida Diagonal 621 – 629, 08028 Barcelona
    - Responsável de segurança de Dados ou DPO do Encarregado do tratamento do Município:
      - E-mail: [dpo@cm-braga.pt](mailto:dpo@cm-braga.pt)
      - Morada: Praça Municipal, 4700-435 Braga
  - c. Os dados pessoais dos intervenientes não serão cedidos a terceiras entidades nem serão objeto de decisões automatizadas.
  - d. Caso as Partes necessitem contratar os serviços de fornecedores situados em países que não dispõem de legislação equivalente à europeia ("Países Terceiros") para o tratamento dos seus dados,



a referida contratação realizar-se-á sob o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos pela legislação de proteção de dados, e aplicando as garantias e medidas de proteção necessárias para preservar a sua privacidade. Para mais informação sobre garantias relacionadas com transferências internacionais de dados, podem ser contactados os responsáveis pela segurança ou encarregados da proteção de dados de ambas as Partes, através dos endereços postais e eletrónicos anteriormente indicados.

- e. Têm o direito a aceder aos seus dados pessoais, retificar os dados inexatos, solicitar a sua eliminação quando os dados já não sejam necessários, solicitar a oposição ou limitação do tratamento dos mesmos ou solicitar a sua portabilidade.

Para exercer os referidos direitos, podem enviar uma mensagem ao responsável de segurança ou encarregado da proteção de dados de qualquer uma das Partes, para os endereços postais e eletrónicos indicados anteriormente.

- f. Caso considerem que o tratamento de dados pessoais viola a legislação podem apresentar uma reclamação:

(i) aos responsáveis pela segurança ou encarregados de proteção de dados anteriormente referenciados; ou

(ii) perante a Comissão Nacional de Proteção de Dados, através da sua morada: Rua de São Bento n.º 148, 3.º, 1200-821 Lisboa (Portugal); ou perante a Autoridade competente em matéria de proteção de dados, que seja competente para o caso em questão.

3. Fica expressamente acordado que todos os dados ou informação que o Município comunique à Fundação "la Caixa" em relação à presente colaboração devem ser dados anónimos, ou seja, que não permitam a identificação de qualquer pessoa singular, excluindo-se desta forma a aplicação da legislação em matéria de proteção de dados.
4. As Partes não deverão ter acesso nem tratar dados pessoais pelos quais a outra Parte seja responsável durante a vigência do presente Acordo. Caso, durante a vigência do presente Acordo, se verifique o acesso e tratamento de dados pessoais por uma das Partes em nome da outra ou por ambas as Partes em conjunto, ambas as Partes se comprometem a regular esse tratamento e a adotar as medidas e/ou ações necessárias em conformidade com a legislação relativa à proteção de dados.
5. Sem prejuízo do anteriormente referido, as Partes declaram que cumprirão, sob sua única e total responsabilidade, todas as obrigações que lhes sejam exigíveis por aplicação da legislação de proteção de dados pessoais, e comprometem-se a obter o consentimento dos titulares dos dados que venham a ser objeto de tratamento, quando a citada Lei assim o disponha.



---

**Cláusula Décima****Comunicação**

1. Todas as comunicações entre as Partes relativamente a este Acordo devem ser efetuadas por escrito, mediante carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com recibo de leitura, para os seguintes endereços e postos de receção:

**Fundação "la Caixa":**

Directora Área Pobreza y Salud de la Fundación "la Caixa"  
Av. Diagonal 621, Barcelona

**Município:**

Praça Municipal  
4700-435 Braga - Portugal

2. As comunicações efetuadas mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo aviso.
3. Para os efeitos estabelecidos na presente Cláusula, qualquer das Partes poderá designar uma nova pessoa de contacto, nova morada e/ou novo endereço de e-mail mediante notificação à outra Parte, através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com recibo de leitura, nos 15 (quinze) dias subsequentes à respetiva alteração.

**Cláusula Décima Primeira****Cessão**

O presente Acordo é celebrado exclusivamente entre as Partes e não poderá ser objeto de cessão, total ou parcial, por qualquer delas sem o consentimento prévio e por escrito da outra Parte.

**Cláusula Décima Segunda****Medidas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo**

As Partes comprometem-se a trocar toda a informação necessária para o bom cumprimento das obrigações decorrentes do n.º 1 do artigo 146.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, que estabelece as medidas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

---

**Cláusula Décima Terceira****Lei aplicável e foro competente**

1. O presente Acordo será regido e interpretado em conformidade com a legislação portuguesa.
2. Antes de iniciar qualquer litígio, as Partes comprometem-se a resolver qualquer diferendo emergente ou relacionado com este Acordo, nomeadamente as controvérsias que possam surgir quanto à interpretação, alteração, resolução e efeitos que deste possam decorrer, recorrendo a todos os meios e tentativas de resolução amigável.
3. Caso se esgotem todos os meios e tentativas de resolução amigável referidos no número anterior, será competente para dirimir qualquer questão emergente do presente Acordo o Tribunal da Comarca de Braga, com renúncia expressa a qualquer outro.

Feito em Braga, a 7 de setembro de 2022, em 2 (dois) exemplares, um para cada uma das Partes e ambos valendo como original.

---

Câmara Municipal de BRAGA

---

Fundação "la Caixa"

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio